

Desenvolvimento, Gestão Ambiental e Sustentabilidade: compreendendo o novo paradigma

JOSÉ CARLOS VIRTUOSO*

Resumo: A utilização racional dos recursos naturais, a partir da consciência comprometida com a responsabilidade ambiental é um dos maiores desafios da humanidade na atualidade. Neste contexto, um novo paradigma está posto, o de buscar alternativas de produção que minimizem os danos ao ambiente e permitam a renovação de seus recursos. Surge nova tendência que ajuda a criar um panorama que vem tendo efeito dominó, a partir da concepção de instrumentos técnicos, políticos e legais. A gestão ambiental surge como ferramenta que pode contribuir com a transformação de cenário. Isto implica a mudança comportamental com tomada de decisão e o desenvolvimento de mecanismos, a fim de garantir a sustentabilidade nos processos produtivos e, sobretudo, reservar às gerações futuras um ambiente planetário que lhes propicie qualidade de vida e perspectiva de futuro. A consciência individual é o ponto de partida às transformações que garantirão um ambiente mais equilibrado e harmonioso a todos. Refletir sobre esse novo paradigma, cuja evolução está em curso, é o objetivo centro desse artigo.

Palavras-chave: Meio ambiente; responsabilidade ambiental; gestão ambiental e sustentabilidade.

Development, Environmental Management and Sustainability: understanding the new paradigm

Abstract: The rational use of natural resources, from the conscience committed to environmental responsibility is one of the greatest challenges of humanity today. In this context, a new paradigm is put, that of finding alternative production that minimizes damages to the environment and allows the renewal of its resources. A new trend emerges that helps create a panorama that is having a domino effect, from the design of technical, political and legal instruments. Environmental management emerges as a tool that can contribute to scenario transformation. This implies behavioral change with decision-making and the development of mechanisms in order to guarantee sustainability in productive processes and, above all, to reserve to future generations a planetary environment that provides them with a quality of life and a future perspective. Individual consciousness is the starting point for transformations that will ensure a more balanced and harmonious environment for all. Reflecting on this new paradigm, whose evolution is under way, is the central objective of this article.

Key words: Environment; environmental responsibility; environmental management and sustainability.



* **JOSÉ CARLOS VIRTUOSO** é Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, em 1986; acadêmico do Programa de Mestrado em Ciências Ambientais da UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense; professor dos cursos de Engenharia Ambiental e Tecnologia em Telecomunicações (Unesc/SATC) e assessor de Comunicação da Unesc.

1. Introdução

Ainda é muito cedo para ambientalistas e cidadãos comuns, preocupados com os problemas ambientais em nível global, terem a convicção de que definitivamente a humanidade está começando um período de maior consciência no tocante ao uso dos recursos naturais. A ideia de que o homem é o senhor da natureza e para com ela tudo pode, calçado no antropocentrismo, está levando o planeta ao caos. Nossa casa, como afirmam Capra (1996) e Boff (1999), é um sistema de sistemas e superorganismo de complexo equilíbrio, constituído ao longo de milhões e milhões de anos. Por conta de um processo industrialista predador, em desenvolvimento a partir dos dois últimos séculos, tal equilíbrio está sendo colocado em xeque, de modo que a complexa cadeia está prestes a se romper.

Desde o início do processo de industrialização, no século XVIII, a população mundial cresceu oito vezes, ampliando de forma significativa o consumo dos recursos naturais. Somente o processo produtivo, com base na exploração da natureza, cresceu mais de cem vezes, num salto que fez agravar a situação de ameaça planetária, trazendo à tona a emergência da necessidade de uma forma alternativa de relação do homem com a sua casa, a terra. Nas palavras de Boff (1999, p. 133):

Parca é a consciência coletiva que pesa sobre o nosso belo planeta. Os que poderiam conscientizar a humanidade desfrutam gaiamente a viagem em seu Titanic de ilusões. Mal sabem que podemos ir ao encontro de um iceberg ecológico que nos fará afundar celeremente.

A falta de uma política global efetiva que aponte para um novo caminho é um fato trágico. A ONU (Organização das Nações Unidas) poderia ser o órgão a

estabelecer ou criar instâncias de gerenciamento para os problemas ambientais do planeta, mas não vem exercendo com sucesso esse papel. E ela, a ONU, detentora de 40 projetos voltados aos grandes problemas globais como os climas, o desflorestamento, a contaminação do ar, dos solos e das águas, as epidemias, os problemas dos jovens, dos idosos, as migrações, entre outros. Mas, regida pelo velho paradigma das nações que se fortaleceram sob a égide do imperialismo, não avança no sentido de buscar solução concreta às contradições que assolam a terra. O exemplo mais flagrante desta situação é o desrespeito demonstrado por algumas nações com o descumprimento das resoluções de Kyoto, como os Estados Unidos da América, que não pretendem mudar suas sistemáticas de desenvolvimento econômico, em detrimento de uma política econômica sustentável.

Os problemas ambientais, talvez os mais sérios vividos pela humanidade – porque neles também estão embutidos a fome e situação de miserabilidade de milhões de indivíduos do mundo –, entretanto, parecem estar suscitando fortes sinais de resistência aos velhos paradigmas, com o surgimento de uma corrente como indicadora de uma nova consciência. Há maior preocupação com as questões ambientais, sobretudo a partir de focos significativos de cidadania, tendo como importantes atores as ONGs (Organizações Não Governamentais) ligadas ao ambientalismo e demais segmentos sociais, que fazem pressão pela criação de mecanismos legais com o objetivo de promover efetivamente a proteção ambiental. Já é de conhecimento de muitas pessoas que, à medida que se reduz a capacidade de renovação dos recursos naturais, em que se polui o ar, em que se contamina a água dos rios, em que se destrói florestas e a

biodiversidade, caminha-se para a exaustão da vida. Nas palavras de Bueno (1998, p. 31):

Se os cidadãos, individualmente, forem confrontados com a necessidade da manutenção da biodiversidade para a manutenção da qualidade de vida de seus descendentes, sem pensar exclusivamente em seus benefícios pessoais imediatos, os benefícios de longo prazo começarão a ser visualizadas, percebidos enfim, pelos humanos, e a conservação deixará de ser uma luta real de uma minoria e retórica da maioria para ser integrada às atividades sociais de todos como um fato normal e necessário à vida.

2. Meio Ambiente e realidade global

A preocupação efetiva com o meio ambiente, no âmbito global, até a década de 1970, restringia-se à mera observância das normas de poluição determinadas pelos órgãos reguladores. Os complexos industriais limitavam-se ao seu cumprimento e à precaução quanto aos acidentes locais, numa postura reativa. Durante tempos, a incompatibilidade das atividades econômicas com políticas de proteção ambiental foi um aspecto destacado. Isso, segundo Maimon (1994), tinha como resultante inevitável o aumento dos custos e o conseqüente repasse ao preço dos produtos. Partindo desta visão tradicional de empresa como instituição apenas econômica, a responsabilidade ficava restrita à maximização dos lucros, utilizando-se a estratégia da minimização dos custos. Quase nada além disso. A cultura reinante no mundo empresarial não contemplava valores sociais e políticos na tomada de decisões dos administradores, da mesma forma que se buscava nas leis e regulamentações originadas pelo poder público apenas dar suporte para que as empresas garantissem suas metas econômicas ou, então, que os

dispositivos legais não se constituíssem em barreiras para que estas fossem alcançadas.

Dentro do contexto em questão, Donaire (1999) afirma que com a consolidação da bioética global, no final da década de 1980, surge uma nova realidade socioambiental, redundando na mudança comportamental de postura do mundo empresarial. Fica para trás a velha forma de perceber o ambiente e de reação aos seus problemas. Gradativamente, começa-se a encarar a nova postura de responsabilidade ambiental como algo imprescindível à sobrevivência, em que a instituição empresarial passa a assumir um comprometimento sociopolítico. Nessa perspectiva, muitos conceitos utilizados nas décadas passadas, de 60 e 70, foram reformulados, originando novas regulamentações e legislações emanadas do poder público. Com isso, nos dias atuais, muitas das decisões de âmbito empresarial precisam levar em conta os aspectos socioambientais. Concomitantemente, outros setores sociais constituíram-se como novos agentes dentro deste processo, defendendo preocupações relacionadas à ecologia, à defesa do consumidor, de grupos minoritários, de qualidade dos produtos, entre outros aspectos. Essa articulação cidadã acaba sendo a força estimuladora para que também as organizações incorporem em seus procedimentos administrativos e operacionais os mesmos valores que apontam para os caminhos de sustentabilidade.

Por sua vez, Maimon (1994) afirma que a responsabilidade ambiental é desigual por setor de atividade e por tamanho da organização. Segundo ele, os fatores que determinam a qualidade ambiental são a pressão dos órgãos de controle e da comunidade local, a origem do capital (nacional/privado, multinacional ou

público) e o grau de inserção da empresa no mercado internacional.

3. Comércio internacional, controle ambiental e controvérsias

De alguma maneira, a mudança de comportamento do empresariado de alguns setores no tocante à preocupação com processos produtivos ecologicamente corretos possui relação com as políticas internacionais de comércio. Maimon (1994) revela, em sua pesquisa, que as empresas brasileiras de maior inserção internacional são as que apresentam maior responsabilidade ambiental. As empresas exportadoras sofrem forte discriminação por meio de barreiras não-tarifárias e ecológicas, sendo obrigadas a estabelecer melhor relação com o meio ambiente.

As restrições comerciais em nome da causa ecológica, entretanto, são alvo de questionamento por Almeida (1998). A autora sustenta que as reais razões para a adoção de restrições comerciais invariavelmente são postas ambigualmente. A causa ambiental, o argumento principal utilizado, parece ceder espaço, na prática, à preocupação econômica. Cumprir as exigências normativas ambientais implica um investimento maior e preço final, conseqüentemente, maior e desfavorável à competitividade. Paradoxalmente, essa mesma política, conforme argumenta ela, pode apresentar resultado contrário. Ao invés de perder competitividade, por se tratar de um produto elaborado a partir de processo “mais limpo”, agrega-se a esse um valor de marketing positivo, de marketing ecológico. Esta realidade já oferece visibilidade em vários países, principalmente naqueles com melhor renda *per capita*.

A eficácia ecológica e econômica das restrições comerciais também pode ser considerada como um ponto

controvertido, segundo Almeida sob outro aspecto. Os problemas ambientais possuem sua peculiaridade em cada país – seus custos de controle, como também a capacidade de absorção do dano pelo meio em questão pode variar. Desta forma, não há como se estabelecer políticas homogêneas para distintos parceiros. Nas palavras de Almeida (1998, p. 127):

A eficácia ecológica das restrições comerciais é questionável pelo simples fato de que nada garante que o parceiro comercial, atingido por tal medida, não vá redirecionar, dentro de certos limites, seu esforço exportador em direção a mercados alternativos, resolvendo, num curto prazo, seu problema econômico e postergando a adoção de regulamentações ambientais mais rigorosas.

Por outro lado, Almeida, Mello e Cavalcanti (2002) destacam que o ambiente da globalização econômica está impondo limites à sobrevivência das empresas, independentemente de suas dimensões, por conta da questão ambiental. Estes limites trazem à tona a necessidade de as empresas reavaliarem seus sistemas produtivos, indo além destes, em si, e considerando todo o ciclo de vida de seus produtos ou serviços. Com isso, está posta uma nova ordem, em que o problema não se refere apenas aos processos de produção, mas também na contabilização de possíveis impactos dos produtos ao ambiente – da concepção ao descarte.

Os preços dos produtos passam a refletir, dessa forma, os custos ambientais de sua produção, uso, reciclagem e disposição final. A ação de resíduos sobre o meio ambiente, como componente de custos ambiental, é um tema em pauta nas discussões de organismos internacionais, quando da análise dos custos de produção

do processo industrial. (ALMEIDA; MELLO; CAVALCANTI, 2002).

Por força das leis de controle ambiental, ou pela influência ou pressão da corrente global, as empresas começam a aderir a um novo comportamento. Atualmente, uma empresa já pensa em seu passivo ambiental e na forma de como resolvê-lo, fator que pode comprometer seu patrimônio e ser determinante na inviabilidade de sua permanência no mercado na ausência de uma política, na ausência de ações preventivas. Esse quadro atual sinaliza para uma demanda considerável pela busca de novas alternativas tecnológicas de matriz ecologicamente mais ajustada nos processos produtivos.

No Brasil, a incorporação da variável ambiental alcança o setor empresarial a na década passada, a partir da consolidação do aparato de legislação da área. Processo desencadeado pela atuação dos órgãos ambientais controladores e pressões locais e internacionais. À exceção das empresas brasileiras de maior inserção internacional ou mesmo a multinacionais instaladas em solo brasileiro, por pressão de investidores e consumidores nos países de origem, o setor empresarial nacional restringe-se a atender à legislação ambiental de controle da poluição da água, do ar e dos resíduos sólidos.

4. Normas ambientais e ISO-14000

A exigência da sociedade em relação à qualidade ambiental dos produtos oferecidos no mercado tem estimulado uma gama cada vez maior de empresas a aderir voluntariamente as normas ambientais. Tratando-se de uma tendência já quase consolidada nos países desenvolvidos, a preocupação com a natureza e, conseqüentemente, a adoção de sistemas "limpos" ou menos poluentes

é um aspecto que ajuda a dar uma nova configuração no ambiente industrial brasileiro.

Buscando maior credibilidade, neste sentido, as empresas têm procurado demonstrar comprometimento, aderindo à série ISO 14000, que dispõe de diretrizes para a gestão ambiental. A série ISO14000, conforme Lima-E-Silva (1999), surge com o advento da Eco-92, para atender a uma demanda por uma norma internacional, capaz de padronizar os procedimentos em nível mundial. A partir daquela conferência mundial do meio ambiente, realizada no Rio de Janeiro, criou-se um grupo designado de *Technical Commitee* no. 207 do *International Organization for Stardardization*, designado para elaborar uma série de normas relativas à gestão ambiental que receberam o código 14000, com o intuito de serem reconhecidas como a série ISO-14000 (LIMA-E-SILVA, 1999).

Com a ISO-14000 as organizações empresariais têm parâmetros para criar sua sistemática de gestão voltada aos aspectos ambientais. Uma das principais diretrizes aponta à alta direção de cada empresa para que estabeleça uma política de compromisso com objetivos e metas ambientais – da otimização de aproveitamento de matérias, com redução de desperdícios, à redução de poluição gerada e difusão de informações sobre preservação ambiental junto ao corpo funcional e comunidade local, entre outras.

Em resumo, a norma ISO-1400 tenta fazer aquilo que toda organização, principalmente as empresas de propriedade privada, deveriam fazer sem precisar de norma alguma, que é trabalhar de forma organizada, ser responsável com seus clientes, com a comunidade do entorno de suas atividades, obedecer às leis e se preocupar com o bem-estar da

sociedade na qual funciona e da qual obrem seus benefícios. (LIMA-E-SILVA, 2002, p.18).

Até este momento, a ISO-14000 tem dado mostras de ser um bom instrumento para o *marketing*. Lima-e-Silva destaca que ela pode transcender este aspecto, em que pese considerar seu texto frequentemente vago e genérico por conta do grande contingente de sujeitos envolvidos em sua elaboração num consenso internacional. Essa lacuna pode significar a possibilidade ou o espaço aberto às más intenções. Entretanto, há muito mais aspectos positivos, dentre eles o fato de que na norma está embutido um programa de treinamento que permite aos funcionários de uma empresa a compreensão e o enfrentamento dos problemas ambientais. Isto desde que sua direção adote essa política concretamente. Um importante potencial educador intrínseco à ISO-14000 não deve ser desconsiderado.

Outro quesito passível de ser considerado como defeito da norma, o de fazer com que todas as ações no âmbito da prevenção ambiental sejam realizadas a partir motivações mercadológicas, acaba tornando-se um ponto positivo. Ou seja, promover um processo de produção de forma sustentável pode render dividendos a quem o fizer. Não só o aumento de eficiência, mas também a partir da análise dos rejeitos ambientais de determinada atividade podem surgir perspectivas de fontes de receita. Um exemplo desta situação é o aproveitamento da cinza fina no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, sul de Santa Catarina, da empresa Tractebel, pertencente ao grupo belga Suez, que é usado pela indústria cimenteira na produção de cimento. A adesão a um sistema de normas como a ISO-14000 por uma empresa pode ter um efeito positivo importante sobre diversos aspectos para

esta, como para seus trabalhadores e, num âmbito mais amplo, em todo o seu entorno. Sobretudo, como a percepção ambiental que esses trabalhadores passam a ter, disseminando as ideias do novo paradigma e sensibilizando mentes.

O número de empresas certificadas pela norma ISO-14000 cresce de forma rápida na atualidade, numa demonstração que esta ferramenta de controle ambiental está tendo boa aceitação. Este fenômeno não é diferente no Brasil, embora o número de empresas certificadas ainda seja muito pequeno. Até o final dos anos 90, apenas 88 empresas brasileiras constavam desta relação de certificação, segundo Peglau (2001).

5. Caminhos para a sustentabilidade

Não obstante ao fato de que a humanidade já esteja sinalizando sua busca por caminhos que a levem à sustentabilidade, este processo ainda não apresenta indicadores prontos, estando esta caminhada longe de chegar ao ponto ideal. Desde as conferências mundiais sobre o meio ambiente de Estocolmo-72, Rio-92 e, mais recentemente, Johannesburg, neste ano de 2002, várias possibilidades têm sido discutidas, com alguns avanços e também retrocessos, por conta de alguns países desenvolvidos, que resistem em não mudar seus conceitos, preferindo manter sistemas insustentáveis.

Persiste a falta de compreensão de que nosso planeta funciona como um sistema no qual todos os elementos estão entrelaçados, interdependem, influenciam e são influenciados, como também nossa capacidade de continuar criando máquinas transformadoras desse mesmo planeta, consumindo indiscriminadamente recursos naturais e devolvendo ao meio rejeitos. Já em meio a uma série de consequências originadas desta prática – aquecimento global,

chuvas ácidas, destruição da camada de ozônio, etc... – buscamos reduzir a margem de contradições que compõem nosso quadro planetário, tentando entender o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual, segundo LEIS (1999), deixa-se de assumir o ser humano como medida de todas as coisas, substituindo-o pela relação deste com a natureza. Este é o sentido traduzido de maneira implícita no conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. (BRANTLAND et al., 1988, p. 46).

A sustentabilidade, no meu entendimento, passa pela tomada de consciência e de responsabilidade entre gerações para com a natureza. Isso pressupõe uma reflexão sobre a valoração da modernidade e seu real benefício. A quem e de que forma servem os avanços tecnológicos? Leis recorre ao pensador inglês Burke, que fez uma crítica à Revolução Francesa como uma inversão da própria natureza das coisas, a partir da qual é possível compreender-se melhor a complexa relação do ambientalismo com a modernidade. Conforme o autor, o conservadorismo de Burke rejeita as inovações em nome da continuidade constitucional e tradição social.

Ele diz (embora não com essas palavras) que não é consistente afirmar que as inovações tragam melhoras. Não é verdade dizer que se a sociedade não fosse como é, ela poderia ser melhor ou pior. Portanto, se nada garante o resultado do progresso, os riscos não compensam e o princípio de prudência deveria reger o comportamento político. (BURKE, 1982).

Importa compreender a sustentabilidade social do desenvolvimento como um processo ligado à qualidade de vida das

populações, concepção que pode ser associada ao conceito de desenvolvimento humano difundido pela ONU (Organização das Nações Unidas) e constante dos vários relatórios do organismo nos últimos anos. Neste bojo, é igualmente importante trazer à tona, de forma explícita, os fundamentos éticos em torno deste processo. E, como defende Leis, não é, portanto, a abundância de bens e sim o seu benefício o que define um bom desenvolvimento humano. Para exemplificar esta importante dimensão, pode-se dizer que um crescimento econômico descontrolado, voltado puramente à satisfação de consumo, compromete a qualidade de vida das pessoas, mesmo que este comprometimento só possa ser avaliado com o passar dos anos, na medida em que se degrada o ambiente, consequência negativa que recairá sobre as próprias pessoas.

Não seria para estar satisfeitos se um dia contemplássemos um mundo onde não restasse nada da vida natural; (...) Se a terra tem que perder essa grande porção de beleza por causa do crescimento ilimitado da riqueza e da população, para suportar uma população mais ampla e também menos feliz, então sinceramente espero que os partidários do estado progressivo se conformem com ser estacionários, muito antes que a própria realidade os obrigue a isso pela força (MILL 1970, p. 594-595).

6. A história do seu Paulino

A história do seu Paulino não consta em nenhuma bibliografia deste trabalho, mas é verídica e apropriada como subsídio às reflexões aqui propostas. Sua família pertence à comunidade de 40 famílias da extinta localidade de São Pedro, no município de Siderópolis, onde, em breve estará funcionando a barragem do Rio São Bento. Dezenas de pessoas viviam

sua realidade pacata, nas proximidades da encosta da Serra Geral, até que se decidiu pela construção de uma barragem para suprir a falta de água em Criciúma e região. Uma obra necessária devido ao manuseio equivocado dos recursos naturais, a partir da poluição dos recursos hídricos pela mineração de carvão. O sofrimento daquela gente humilde, que está sofrendo as agruras provocadas pelo homem inconsciente, é difícil de dimensionar. Paulino resolveu permanecer nas imediações da barragem, onde cultivava milho e outras culturas e trabalhava com o comércio de pedras. Ele está ilhado, a filha menor sofre de depressão desde que os vizinhos foram transferidos para outra área. Quem vai restituir a paz de espírito tolhida daquela gente? Seu Paulino, com a voz embargada, dizia em entrevista à Rádio Eldorado de Criciúma (na manhã de 4 de dezembro de 2002), ao jornalista Ricardo Fabris: “Já gastei uma fortuna e a minha menina não se cura da depressão. Como vai ficar a nossa vida?”.

Observando-se à distância, o problema das desapropriações é apenas detalhe. Os desapropriados são indenizados, para a construção de uma obra em nome da coletividade. Ganha toda a região, que terá abastecimento garantido durante 20 anos. E depois? Qual será a outra comunidade a sofrer o mesmo pesadelo da de São Pedro? Continuaremos fazendo sempre da mesma forma? Os rios continuarão recebendo metais pesados, provenientes da mineração de carvão? Continuarão mortos? Quantos outros “Paulinos” continuarão apelando às emissoras de rádio, no silêncio e, talvez, incompreensão dos ouvintes? Situações do gênero são o grande desafio da sociedade, no qual a cooperação e a solidariedade fazem-se necessárias como instrumentos para a mudança de cenário, em busca da sustentabilidade socioambiental.

7. Considerações finais

Os problemas ambientais, neste início de terceiro milênio, felizmente, já são o tema central das discussões em vários foros pelo mundo a fora. Como promover o desenvolvimento sem destruir a natureza, ou o que dela resta? Há muitos sinais de que a humanidade caminha para um melhor momento, em que conviverá com o meio ambiente de forma mais equilibrada, colocando-se apenas como parte dele e não como seu senhor supremo. Promover gestão ambiental, criar normas de controle, implantar selo verde, nada disso dará resultado se não houver uma mudança de comportamento a partir de cada indivíduo. No meu entendimento, a sustentabilidade tem início na subjetividade do ser, quando o sentimento individualista, inerente ao ser humano, for superado pelo coletivo. Não há formas de garantir processos sustentáveis, se os agentes envolvidos não representarem seus papéis nesta engrenagem.

A tecnologia, grande arma da modernidade, deve servir ao homem nas suas necessidades essenciais e não para alimentar apenas a sociedade do consumo, para promover guerras, desigualdades sociais e desrespeito às soberanias dos países.

A transformação do mundo passa pela mudança de paradigma no âmbito econômico, cultural e espiritual. Um novo homem precisa renascer, mais ético, solidário e cidadão, capaz de reconhecer na natureza a sua casa, o seu chão. Como Boff (1999) propõe, o cuidado com a Terra representa o global, o cuidado com o próprio nicho ecológico local. O homem possui estas duas dimensões: nos pés, o chão, e na cabeça aberta para o infinito, o global. Construir um equilíbrio a partir da lógica do coração, eis o seu grande desafio. Para isso, cada um de nós precisa ressurgir, reconhecer-

se como parte do ecossistema local e da comunidade biótica. Assumir-se como apenas um grão de areia na imensidão do oceano. Somente a partir desta redescoberta é que estaremos prontos para fazer da terra, nossa casa, um lar onde a qualidade de vida possa ser reconquistada pelo poder da consciência global.

Concluo este trabalho com a letra de uma canção italiana, Fratello Sole Sorella Luna (autoria de Riz Ortolani), a qual evoca São Francisco de Assis (Itália, 1181– 1226), eleito nos Estados Unidos como o personagem do milênio passado. Da sua passagem terrena ecoam até hoje valores que nos remetem à nossa essência, como peças de um grande sistema que funciona com a inter-relação e interdependência destas:

*Dolce è sentire, come nel mio cuore.
Ora umilmente, sta nascendo amore.
Dolce è capire che non son più solo,
ma che son parte di una immensa vita.
Che generosa, risplende intorno a me
Dono di Lui del Suo immenso amore.
Ci há dato il cielo e le chiare stelle.
Fratello sole e sorella luna.
La madre terra com frutti prati e fiori.
Il fuoco il vento, l'aria e l'acqua pura.
Fonte di vita per le sue creature.
Dono di Lui del Suo immenso amore.
Dono di Lui del Suo immenso amore.*

Referências

ALMEIDA, J. R.; MELLO, C. S.; CAVALCANTI, Y. Gestão Ambiental: Planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002. 259p.

ALMEIDA, L. T.. Política Ambiental: Uma análise econômica. Campinas, SP: Papirus; São Paulo: Editora Unesp, 1998. 192p.

BOFF, L.. Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.199p.

BRUNDTLAND, G. H. et al.. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BUENO, C.. Conservação de Biodiversidade nos Parques Urbanos: O Caso do Parque Nacional da Tijuca. Dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental, UNESA, RJ, 1998. 153p.

BURKE, E.. Reflexões sobre a revolução em França. Brasília, Ed. UnB, 1982.

CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

DONAIRE, D. Gestão ambiental na empresa. 2a. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEIS, H. R.. A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999. 261p.

LIMA-E-SILVA, P. P.. Uma Luz no Fim do Túnel. Arche Interdisciplinar (UCAM), Universidade Candido Mendes, v. 25, p. 159-190, 1999.

MAIMON, D.. Eco-estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou Discurso? Revista de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, v.34, n.4, p.119-130, jul./ago. 1994.

MILL, J. S.. Principles of Political Economy. Londres, Penquin, 1970.

PETRONI, L. M.; AGUIAR, A. Câmaras Ambientais: parcerias entre empresas e a CETESB? - Apresentado no VI Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo: nov. 2001. Disponível em: <<http://www.aguiar.eng.br>>. Acesso em 2 de nov. 2002.

PEGLAU, R.. Estatística de empresas certificadas nas normas ISO14000 no mundo. Rio de Janeiro: Atlas, 2001.